



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 30/08/22

Conceição de Maria Layel Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

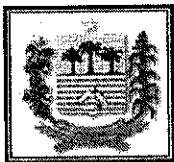
Ao Deputado

GESSIVANO ISAIAS  
para relatar.

Em 18/10/22

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça

Antonio Henrique de Carvalho Pires  
Presidente da CCJ



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL GESSIVALDO ISAIAS**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº: 132/ 2022, Que;**

Reconhece de Utilidade Pública a  
Associação Criança Feliz, localizada em  
São João do Piauí.

**Autor: Dep. Fábio Novo**

**Relator: Dep. Gessivaldo Isaías**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei que reconhece de Utilidade Pública a Associação Criança Feliz, localizada em São João do Piauí.

A referida instituição tem por finalidade sugerir, promover, coordenar e executar ações e programas relacionados com as causas sociais, apoiar eventos no campo assistencial, dentre outras.

Devemos então verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

## II – VOTO DO RELATOR

A função Legislativa esta sendo exercida na análise da proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 96, “b” e art. 105, 5º do Regimento interno.

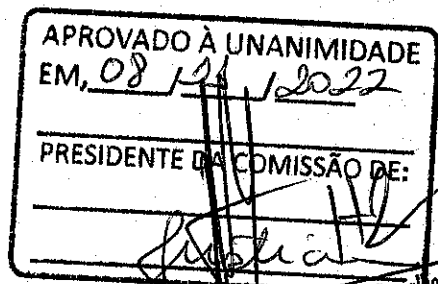
Ao aprofundar o exame da proposição pontuo que não foi encontrado nenhum óbice na lei 5.447 de 2005, que elenca os requisitos necessários para que a instituição seja considerada de Utilidade Pública.

Verificou-se, ainda, que não existem impedimentos legais para iniciativa de tal propositura, segundo art. 75 da Carta Estadual, ao passo que sugerimos pelo acatamento do Projeto de Lei nesta comissão

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legiferante do nobre colega Parlamentar, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua **Aprovação**.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 05 de setembro, de 2022.

Dep. Gessivaldo Isaías  
RELATOR



Antonio Henrique de Carvalho Pires  
Deputado Estadual